



Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



Volume XIV, n. 5, set. 2020
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

EIXO 5 - EDUCAÇÃO, CORPO, SEXUALIDADE, GÊNERO

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <http://dx.doi.org/10.29380/2020.14.05.27>

Recebido em: **18/07/2020**

Aprovado em: **19/07/2020**

REFLEXÕES SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO E O MERCADO DE TRABALHO: O
OLHAR DO ALUNO EGRESSO DO CURSO DE PEDAGOGIA

JOSEVAL DOS REIS MIRANDA

<https://orcid.org/0000-0002-0713-0110>

EMILY CABRAL DOS SANTOS

<http://orcid.org/0000-0003-4066-2394>

Resumo: Essa pesquisa teve como objetivo entender como as questões de gênero influenciam o aluno egresso do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no período de 2014-2019, no que se refere a sua inserção no mercado de trabalho, com ênfase nas masculinidades e como eles veem as influências que as questões de gênero tiveram na escolha do seu curso, bem como as dificuldades apresentadas por eles na inserção no mercado de trabalho. Os autores e autoras que fundamentaram a presente pesquisa tratam sobre gênero, masculinidades e docência, dentre eles/elas, estão: Scott (1989), Saffioti (2004), Connell (1995), Moreno (2003), Beauvoir (2016), Carvalho e Rabay (2015), Louro (2011, 2007), Paraíso (2016) entre outras e outros. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, realizada por meio de questionário *online* enviado para cinquenta e um alunos egressos do Curso de Pedagogia, sendo que somente dezoito alunos responderam completamente o questionário enviado. Os resultados apontam, para o preconceito no que se refere à atuação de homens na Educação Básica, sobretudo nas salas de aulas de Educação Infantil, além de haver o frequente hábito de distanciar os homens pedagogos do exercício da docência. Somado à isso, os resultados apontam que, se pudessem escolher, os pedagogos não fariam o curso novamente em razão das dificuldades enfrentadas, por eles, para se inserirem no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Relações de gênero. Pedagogo no mercado de trabalho. Homens na Pedagogia.

Abstract: This research aimed to understand how gender issues influence the student graduated from the Pedagogy course at the Federal University of Paraíba (UFPB), in the period 2014-2019, with regard to their insertion in the labor market, with emphasis on masculinities and how they see the influences that gender issues had on the choice of their course, as well as the difficulties presented by them in entering the job market. The authors and authors who founded the present research deal with gender, masculinities and teaching, among them are: Scott (1989), Saffioti (2004), Connell (1995), Moreno (2003), Beauvoir (2016), Carvalho and Rabay (2015), Louro (2011, 2007), Paraíso (2016) among others and others. It was a qualitative research, carried out by means of an online questionnaire sent to fifty-one students who graduated from the Pedagogy Course, with only eighteen students completely answering the questionnaire sent. The results point to the prejudice with regard to the performance of men in Basic Education, especially in the classrooms of Early Childhood Education, in addition to the frequent habit of distancing male educators from the exercise of teaching. In addition, the results indicate that, if they could choose, the educators would not take the course again because of the difficulties they faced to enter the job market.

Keywords: Gender relations. Pedagogue in the job market. Men in Pedagogy.

Resumen: Esta investigación tuvo como objetivo comprender cómo las cuestiones de género influyen en el estudiante graduado del curso de Pedagogía de la Universidad Federal de Paraíba (UFPB), en el período 2014-2019, con respecto a su inserción en el mercado laboral, con énfasis en las masculinidades y cómo ven las influencias que los problemas de género tuvieron en la elección de su curso, así como las dificultades que presentan para ingresar al mercado laboral. Los autores y autoras que fundaron el presente estudio de investigación sobre género, masculinidades y enseñanza, entre ellos están: Scott (1989), Saffioti (2004), Connell (1995), Moreno (2003), Beauvoir (2016), Carvalho y Rabay (2015), Louro (2011, 2007), Paraíso (2016) entre otros y otros. Fue una investigación cualitativa, realizada mediante un cuestionario en línea enviado a 51 estudiantes graduados del Curso de Pedagogía, con solo 18 estudiantes respondiendo completamente el cuestionario enviado. Los resultados apuntan al prejuicio con respecto al desempeño de los hombres en la Educación Básica, especialmente en las aulas de Educación Infantil, además del hábito frecuente de distanciar a los educadores masculinos del ejercicio de la enseñanza. Además, los resultados indican que, si pudieran elegir, los educadores no volverían a tomar el curso debido a las dificultades que enfrentaban para ingresar al mercado laboral.

Palabras clave: Relaciones de género. Pedagogo en el mercado laboral. Hombres en pedagogía.

1 Introdução

Apesar de em nossa sociedade existir uma divisão sexual do trabalho com lugares específicos para serem ocupados por homens e por mulheres, que se corporifica a medida que se encontram mais mulheres atuando na educação básica e mais homens atuando no ensino superior (SENKEVICS, 2011). A profissão docente na Educação Básica, sobretudo nos níveis Infantil e Fundamental, está sempre associada às características tidas como femininas, a exemplo do cuidar. Na Educação Superior, pode-se perceber a maior participação de homens, que também se reflete em algumas áreas, correspondendo à maioria dos docentes neste grau de ensino (VIANNA, 2001). O acesso à educação principalmente em nível superior é a porta de entrada para uma atuação profissional valorizada e qualificada, mas o que podemos observar é que em relação a determinados cursos, ocorre uma maior participação de homens de acordo com o prestígio da profissão.

Mas, o que leva homens e mulheres a se encaixarem nestas características? Quem determina o papel que o homem e a mulher devem exercer? A docência tem mais mulheres por que elas querem ou porque são condicionadas a exercê-la? Tais questionamentos são pertinentes e nos levam a um momento reflexão, a pensar onde está a “raiz” de tudo isso e a buscar as respostas a estas perguntas. Para respondê-las, não precisamos ir muito longe, basta perguntar as mulheres que tipo de educação elas receberam. A educação aqui tem um papel extremamente importante, pois é a partir dela que poderemos alcançar as respostas que precisamos.

Em uma cultura como a nossa, desde sempre, homens e mulheres já têm suas tarefas e/ou funções predefinidas e isso nos leva ao entendimento de que já nascemos com tarefas predeterminadas de acordo com o sexo em que somos “encaixados”. Durante a infância, meninos e meninas recebem instruções de adultos (pai/mãe, professor/professora) sobre o que devem vestir, com o que e com quem devem brincar, como devem se comportar, baseado em seu sexo biológico. Entretanto, não é exatamente pelas características sexuais (sexo biológico) que essas diferenças são acentuadas, mas sim pelo que é feito com elas, ou seja, pela forma como se pensa ou como se valoriza estas características sexuais.

É preciso desconstruir este paradigma tradicional ao qual a sociedade tem se alicerçado, para que mulheres e homens possam ter mais liberdade e autenticidade sobre que querem fazer e não ter que fazer algo porque a sociedade lhes “obriga” ou condiciona. Desde o início, já se havia definido que o homem pertencia ao mundo externo e a mulher pertencia ao mundo interno e essas definições sociais estão tão impregnadas em nossas vidas que na maior parte do tempo não percebemos a sociedade patriarcal e androcêntrica em que vivemos.

Pode-se perceber que até mesmo nas brincadeiras tidas como “de menino” e “de menina” a presença do patriarcado é concentrada. Aos meninos estão direcionados brinquedos e brincadeiras que remetem ao mundo externo, como carros, futebol, jogos de estímulo cognitivo, e às meninas estão direcionados brinquedos e brincadeiras que remetem ao mundo interno, como brincar de boneca, de casinha, de cozinhar, etc. Com isso, percebemos que existe uma desigualdade e uma elevação das diferenças, que não estão presentes apenas nos brinquedos e brincadeiras, mas também nas cores, tipos de roupa, que leva todos e todas ao pensamento de que a mulher está condicionada a viver à margem do homem.

Deste modo, o sexismo se torna algo recorrente na vida das mulheres, pois vivem em uma sociedade com uma cultura baseada na masculinidade, dando sempre a entender a mulher como fraca, submissa e o homem como forte e dominador. Apesar de a luta pela liberdade feminina ter avançado, ainda percebemos, atualmente, que ainda ocorre uma desigualdade de gênero, na qual a mulher é ainda invisibilizada, tendo ainda seus interesses como secundários.

A desigualdade de gênero é um problema frequente, que se faz presente em diversos âmbitos da

sociedade, sobretudo, na educação. A escola é um local de promoção de aprendizagens, interações e conhecimentos, no entanto, as práticas educacionais podem contribuir para o gendramento que condiciona meninas, meninos, mulheres e homens a se encaixarem em alguns espaços ou não.

Diante do que foi apresentado, reafirmamos que o objetivo de nossa pesquisa foi refletir sobre as influências das questões de gênero na atuação do pedagogo homem no mercado de trabalho. Para tanto, realizamos um mapeamento do quantitativo de alunos (homens) concluintes do curso de Pedagogia no período de 2014 a 2019 e suas respectivas áreas de atuação; Conhecemos a visão dos alunos egressos acerca das influências que as questões de gênero tiveram na escolha do curso de Pedagogia e analisamos as dificuldades apresentadas pelos alunos egressos do curso de Pedagogia na inserção no mercado de trabalho.

Como caminho metodológico, utilizamos a abordagem qualitativa, realizada por meio de questionário *online* com alunos egressos do Curso de Pedagogia. Utilizamos questionários *online* com cinquenta e um alunos egressos do curso de Pedagogia e recém-formados do curso citado acima, como instrumento de investigação para a coleta de dados. Dos questionários enviados, somente dezoito responderam completamente o questionário. Vale ressaltar que esse instrumento foi construído no *Google Forms*, e enviado por *e-mail* para os alunos que concluíram o curso de Pedagogia no período inicial de 2014-2019. Vale ressaltar que os *e-mails* foram disponibilizados pela Coordenação do curso de Pedagogia. De acordo com Flick (2009, p.167), “as pesquisas de levantamento pela rede são mais flexíveis na formatação do questionário todo e nas opções de resposta”, tornando-se um método mais prático tanto para quem responde, quanto para quem faz as análises. Ainda de acordo com o autor (2009, p. 238) a pesquisa qualitativa “não escapa aos efeitos da revolução digital”, o que torna necessário, senão, essencial, o desenvolvimento de pesquisas que utilizam a internet como ferramenta de coleta de dados.

Assim, de início o presente artigo aborda algumas reflexões acerca da masculinidade, a relação com o curso de Pedagogia e a atuação no mercado de trabalho; em seguida trazemos para o nosso debate os dados gerados por meio das vozes dos estudantes egressos do curso de Pedagogia; e por fim, as considerações finais.

2 Masculinidades(s) na Pedagogia: reflexões sobre as questões de gênero

O magistério inicialmente foi construído como um campo masculino e com o passar do tempo, a ideia de que a educação é uma área de atuação feminina foi crescendo e consequentemente, os poucos homens que atuam na área passaram a não serem bem vistos, isto é, não são considerados da mesma forma que as mulheres para a atuação docente. Daí constrói-se uma ideia de masculinidade, onde o homem não tem vez ou voz na pedagogia. A masculinidade é um conceito (talvez um estilo de vida) que se baseia no patriarcado. Sabemos que estudar masculinidades é imprescindível para entender como desenvolve as relações de gênero e ao tratamos da masculinidade, não falamos apenas do indivíduo em si, mas também de como ela é compreendida e vivida em nosso meio social.

Mas o que significa Patriarcado? Esse termo pode ser definido como um sistema histórico baseado na dominação dos homens sobre as mulheres, o que faz do meio em que vivemos uma sociedade patriarcal e androcêntrica (SCOTT, 1989; SAFFIOTI, 2004; CONNELL, 1995; MORENO, 2003).

Com isso masculinidade é entendida como algo que produz sentidos e noções que condiciona nossas ações bem como o modo que pensamos sobre nós e quem nos cerca. Nesse sentido, a masculinidade é produto de uma sociedade patriarcal e se relaciona com um discurso que nos atravessa enquanto seres generificados, nos moldando e modificando ao longo dos séculos (BUTLER, 2017). Diante disso, não podemos falar apenas de uma masculinidade, mas, de masculinidades, tendo em vista, que as identidades são fluidas e cambiantes.

Para entender essa lógica, tomamos como norte, a fala de Joan Scott (1995), quando a autora diz que

o gênero é o primeiro marcador organizacional da sociedade onde as instituições são atravessadas por gênero. Percebemos que de fato, antes do nascimento surge o questionamento “é menino ou menina?” e a partir da resposta aquele corpo recebe uma série de inscrições (com base no que fora construído sobre o que é ser menino ou menina) que buscam normatizar e enquadrar aquele corpo as expectativas culturais criadas sobre o seu sexo. Para Carvalho e Rabay (2015), o conceito de gênero não é e nunca foi de fácil compreensão, isto porque existem diferentes definições sobre esse conceito, além de seus desdobramentos ao percorrer perspectivas e correntes teóricas que veem e utilizam o conceito de gênero de um lugar diferente. Algo comum entre as autoras e autores estudados é que há uma concordância em afirmar que gênero é uma construção social, mas, para, além disso, gênero é também um instrumento didático e pedagógico, ao passo que a partir dele se ensina e se aprende o que a sociedade diz que o é ser homem e o que é ser mulher, através das pedagogias culturais, que compreendemos como costumes/hábitos/condutas culturais que nos fazem nos entender como os seres que somos. Sobre isso, Andrade (2003) diz que:

Estes estudos, ancorados na ideia de uma “pedagogia cultural”, autorizam estender nosso olhar para além da escola e entrever que não é somente nesse espaço pedagógico que os corpos são educados, moldados, governados. Somos constantemente bombardeadas por informações que nos chegam principalmente através da mídia e que nos ensinam como devemos nos relacionar com o mundo; **informações que se pretendem verdadeiras e universais** [grifo nossos] (ANDRADE, 2003, p. 109).

Estas “pedagogias culturais” chegam até nós sem que percebamos. São noções impostas através de instituições cristalizadas na sociedade, como família, escola, religião, medicina, além das revistas e das mídias em geral. A compreensão do que devemos ser, noção essa instituída pela sociedade, impacta as nossas vidas de modo que as naturalizamos como verdades absolutas e imutáveis, isto é, desde cedo crescemos sendo enquadradas nesses modelos, ratificando as expectativas que se determina para homens e mulheres.

Entendemos então, que o gênero é aprendido por diversas instâncias culturais, que atravessam os muros das escolas e disciplinam e normatizam meninos e meninas de acordo com o que se espera de cada um/uma. Para melhor entender o gênero, buscamos o trabalho de Meyer (2003), que nos mostra que existem quatro desdobramentos deste conceito:

A) Gênero como norma/padrão - Organiza-nos e constitui ao longo da vida como homens e mulheres. O assimilamos através das relações com o outro e com o meio.

B) Gênero como algo mutável - Sentidos consonantes sobre masculinidade e feminilidade. Pluralidade de processos a construção do corpo feminino e masculino, relacionando o gênero com os demais marcadores sociais, como raça/etnia, classe, religião, geração etc.

C) Gênero como relação de poder - Sociedade e cultura constituem homem e mulher como sujeitos generificados, onde um detém o poder sobre o outro. Nesta perspectiva, busca-se educar esses sujeitos para que aos poucos se desconstrua as relações de poder vigentes.

D) Gênero como algo histórico, social, cultural e linguístico - O corpo como objeto de análise das relações, compreendendo-o para além do aspecto biológico, mas analisando os diferentes posicionamentos sociais pelos quais o gênero atravessa os corpos, determinando papéis e funções.

Diante desses desdobramentos, a autora afirma que, em suma, o gênero é pedagógico pela sua capacidade de ensinar e ser aprendido (e apreendido) pelos sujeitos. Corroborando com Meyer (2003), apontamos o que Butler nos diz sobre o gênero:

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; [...] o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de

identidades discursivamente constituídas (BUTLER, 2017, p.21).

Nesse sentido, gênero não pode ser analisado sozinho, como algo que se constrói e se constitui de maneira isolada, como aponta Beauvoir (2016, p. 11) “ninguém nasce mulher: torna-se mulher. [...] é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino”. Nessa perspectiva, o gênero está intrinsecamente ligado à cultura, aos marcadores sociais, e, sobretudo a educação. Pensando nisso e para melhor compreender como o gênero revela-se na escola, trazemos as contribuições de Louro, que nos mostra que ao longo do tempo, a escola vem produzindo uma diferenciação entre meninos e meninas, apontando que:

A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o "lugar" dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos. (LOURO, 2011, 58).

Apreendemos assim que meninos e meninas vivenciam a escola de modo diferente, uma vez que suas experiências são implicadas pelo gênero, seja na cobrança de comportamento, nas relações, brincadeiras e tratamento recebido pelas figuras de maior autoridade, a exemplo, o/a professor/a. Um exemplo em que essa diferença torna-se latente consiste na educação física, como aponta Louro (2011) sobre a ideia de que meninos possuem pré-disposição para atividades físicas continua sendo mais bem aceita do que as meninas, vistas como “menos capazes” e mais desprovidas de força física. Esta noção, quando pensada a partir das masculinidades coloca cobranças sobre os meninos, que, se veem na obrigação de participar ativamente das atividades e jogos de educação física, por exemplo, o futebol, ao passo que negar a prática dos esportes colocava em xeque a própria sexualidade, pois, para os meninos, a prática esportiva era vista como ‘natural’ (LOURO, 2011).

Além disso, as autoras, Louro (2011), Meyer (2003) e Paraíso (2016) salientam que o currículo é um instrumento normativo e generificado, de acordo com esta última:

[...] um currículo ensina muitas normas relativas a gênero. Normas que produzem, **reafirmam e naturalizam o que é masculino e feminino** que, por sua vez, regulam as condutas de homens e mulheres, meninas e meninos nas escolas. Trata-se, portanto, de um importante espaço social, em que as normas reguladoras do gênero marcam sua presença para ensinar o certo, o errado, o esperado, o adequado, o inadequado, o normal, o anormal, o estranho e o “abjeto” em relação às condutas de gênero. [grifo nossos] (PARAÍSO, 2016, p.208).

Com isso, entendemos que ainda que se tire formalmente o gênero do currículo escolar, ele permanece no cotidiano escolar por sermos sujeitos de gênero. Ressaltamos que, mesmo com alguns estudos sobre o tema, a desigualdade nas relações de gênero na escola ainda persiste, na qual, a comunidade escolar não intervém sobre ações que elevam o sexismo (GONÇALVES & QUIRINO, 2017). Isto posto, compreendemos que gênero constrói noções de feminino e masculino, nesse sentido, procuramos aprofundar aqui a discussão sobre masculinidade.

Não podemos discutir sobre masculinidade, tomando como o sentido que existe um só conceito ou um só tipo de masculinidade, pensamos este trabalho com a compreensão de várias masculinidades, tendo em vista que ela se manifesta através de discursos, narrativas, gestos, presentes na sociedade, fundamentada nas relações de poder (SANTOS, 2013; MISKOLCI, 2016; LOURO, 2011; BUTLER, 2017).

Partindo deste ponto de vista, entende-se que os meninos devem ser bravos, impetuosos, devem brincar na rua etc. e as meninas devem ser meigas, gentis, devem brincar de boneca com outras meninas. Deste modo, meninos e meninas têm um padrão a seguir, e neste padrão está imposto como se comportar, o que vestir, com quem se relacionar, etc.

Ao analisarmos o meio em que vivemos, não precisa de muito tempo para percebermos que este padrão que a sociedade impõe não está relacionado apenas estas coisas, mas também uma padronização do gênero, da sexualidade, da religião, da cor, sendo então o indivíduo padrão da sociedade, o homem, heterossexual, cristão e branco, além de ter uma vida financeira considerada ideal. Este fato tão antigo e ao mesmo tempo tão atual, nos leva ao questionamento do por que a sociedade em pleno século XXI ainda padroniza homens com este estereótipo, deixando mulheres, crianças, idosos, pessoas de outras raças, pessoas de baixa renda e pessoas de outras religiões à margem dela.

Quando a criança nasce, ou até mesmo antes dela nascer, já se estabelece de acordo com o sexo biológico, o que a criança vai usar e como a criança vai ser tratada. Deste modo, pais e mães já começam a demarcar espaços, cores, roupas, brinquedos com os quais as crianças vão usar. Estas demarcações advêm das determinações que a sociedade impõe ao homem e a mulher, e a criança aprende o que é ser menino e o que é ser menina, e seus papéis na sociedade.

De acordo com Louro (2011, p. 43) o uso da frase “as mulheres são diferentes dos homens” remete ao lugar de desigualdade na qual, a ideia de que as mulheres diferem dos homens, sendo eles a norma da sociedade. Em creches e escolas, é comum vermos uma diferenciação nos mais variados setores, até mesmo entre seus profissionais. Ao observarmos uma escola na hora do intervalo, ou nas aulas de Educação Física, podemos ver que ocorre a distinção entre as atividades direcionadas aos meninos e as atividades direcionadas às meninas. É comum vermos meninos jogando futebol e meninas pulando corda; ou vermos professoras lecionando em séries primárias, alfabetizando crianças e professores lecionando em séries mais avançadas (HOSTYN, 2016).

Segundo Moreno (2003), a escola pode colaborar para desconstruir o androcentrismo em seu meio, para tanto seria preciso inserir novos modelos e/ou submodelos, nos quais tanto meninos quanto meninas teriam a liberdade de escolher em qual ou qual modelo se encaixam.

A liberdade não nos é dada gratuitamente; é preciso aprender a construí-la e, para isso, é necessário dispor de muitas possibilidades e saber escolher entre elas. Se existe somente um modelo, só temos duas possibilidades: aceitá-lo ou recusá-lo; se os modelos aumentam de número, aumentará proporcionalmente nosso grau de liberdade (MORENO, 2003, p. 74).

Bourdieu (2002) nos mostra que ocorre uma priorização do homem em todos os âmbitos sociais, nos quais, as divisões de trabalho, produção, escolaridade, etc. tendem a direcionar ao homem o melhor. Desta forma, ele nos mostra que as formas de dominação masculina estão intrinsecamente inseridas na sociedade, na qual homens produzem e mulheres reproduzem, sendo o oposto, o outro, o diferente, do homem que é o modelo da sociedade em que vivemos.

Ao olharmos para a história, veremos que no Brasil e no mundo, a atividade docente teve seu início como uma profissão masculina, em especial na sociedade brasileira por religiosos – os jesuítas. Segundo Louro (2007) após este período em que a educação foi dominada pela religião, os homens permaneceram no magistério, sendo responsáveis pelas aulas régias.

Existe certa naturalização de padrões considerados femininos e masculinos, e isto afeta a vida de homens e mulheres desde os primórdios da história da educação, pois é atribuída a mulher a responsabilidade por criar os filhos e filhas, bem como torná-los cidadãos, prontos para viver em sociedade, deixando o homem como secundário desse papel, como explica Walkerdine (1995):

Supõe-se que o papel apropriado da mulher é o de formadora do ser cognoscente. É pouco surpreendente, pois que, como mães, as mulheres são necessárias para produzir o tipo correto de cidadãos democráticos, ao fornecer o tipo de cultivo e de desenvolvimento que permitirá que seus filhos tornem-se cidadãos racionais, autônomos, livres, mas cumpridores das leis (WALKERDINE, 1995, p.217).

Diante do exposto, a educação por um longo período foi algo inacessível para as mulheres, e destinadas somente aos homens e ministrada somente por eles. É importante ressaltar que em momento algum, esta primeira forma de ensino destinada às mulheres, esteve voltada para a emancipação feminina e em desenvolver seu intelecto, uma vez que essas mulheres eram condicionadas a afazeres domésticos onde as preparavam para o matrimônio e cuidar da família. Entretanto, a educação recebida pelas mulheres, quando adultas, direcionavam-nas a educação e/ou ao magistério.

Foram criadas as Escolas Normais, “Tais instituições foram abertas para ambos os sexos, embora o regulamento estabelecesse que moças e rapazes devessem estudar em classes separadas, preferentemente em turnos ou até escolas diferentes” (LOURO, 2007, p. 449). Nessas instituições, a princípio, tinham um caráter precário, que não possuía um bom funcionamento devido à falta de investimento. Nelas as mulheres faziam o curso para serem professoras, enquanto os homens iam para as universidades fazer cursos de nível superior, tais como Direito, Medicina, entre outros.

No decorrer do tempo, em meados do século XIX, a mulher foi conquistando espaço na educação, aliadas ao discurso que o país estava em um grande progresso. Porém, as escolas que as poucas mulheres podiam frequentar eram particulares, e deste modo, apenas as mulheres de origem nobre tinha a oportunidade de estudar. “As mulheres que podiam ir à Escola Normal [...] ensinavam-se prendas domésticas e música juntamente com português, francês, aritmética, geografia e história, pedagogia etc. [...]” (ALMEIDA, 2006, p. 73).

O processo de identificação da mulher com atividade docente se deu em meio a muitas discussões, polêmicas e disputas. Pensar que uma mulher poderia educar, porque a elas caberia o cuidado, e que o futuro da nação dependia dessa educação era considerado uma imprudência, ou melhor, uma loucura. Em meio a estes discursos eis que surgiam alguns em direção oposta e que afirmavam que a mulher tinha “por natureza” o dom de cuidar e lidar com crianças, por tanto nada melhor que elas serem responsáveis pela educação dos mesmos. Em meio a todos esses argumentos “a favor” da atividade docente da mulher, eis que surge um que dizia que a ausência da mulher nos lares não alteraria o papel social que todas as mulheres tinham em suas casas.

Isto posto, foi apreendido que o cuidar das crianças e a educação dada a elas, era papel da mulher, como se já estivesse predestinado para as mulheres. Neste sentido, Louro nos mostra que:

Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, “a extensão da maternidade”, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou uma filha “espíritual”. O argumento parecia perfeito: a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la (LOURO, 2007, p. 450).

Foi assim que o magistério para moça surgiu, sendo uma profissão para quem tivesse “vocação”. Tais discursos tiveram tanta força que a sala de aula não era mais um lugar para homens. Mediante a legitimação características que aparentavam ser femininas passaram a ser pré-requisito para o exercício da docência: paciência, cuidado, afetividade, doação. “Características que, por sua vez, vão se articular à tradição religiosa da atividade docente, reforçando a ideia de que a docência deve ser percebida mais como sacerdócio do que como uma profissão” (LOURO, 2007, p. 450). O magistério veio ser devidamente alicerçado a partir da República, quando veio ter um aumento considerável.

Para as mulheres não ficarem restritas somente ao mundo doméstico, poderem circular pelo espaço público desacompanhadas, adquirirem conhecimentos que iam além das prendas domésticas e adentrar a esfera social, fez com que a docência se tornasse um atrativo para que elas viessem a exercer-la. É de extrema importância relatar que o magistério foi uma das primeiras profissões teoricamente de maior prestígio, em que elas foram aceitas. Ser professora passou a ser uma profissão de prestígio aos olhos da sociedade, mesmo sendo o magistério uma profissão não tão bem remunerada.

Vale ressaltar que segundo a autora Rabelo (2007) este processo feminização do magistério teve também um cunho político, como as professoras já ganhavam menos que os professores e para que se pudesse expandir o ensino para todos, por conta da modernização, era necessário que governo gastasse menos com os professores. Os homens não aceitariam reduzir seus salários, então nada melhor que a mulher assumisse este posto, com o belo discurso de que a alma feminina possui vocação natural para essa profissão, quando na realidade esse discurso não passava de uma “desculpa” para afastar homens da docência, tendo em vista que já não era um lugar de prestígio para eles. Rabelo (2007) explicita muito claramente como esse pensamento se justifica:

Para que a escolarização se democratizasse era preciso que o professor custasse pouco: o homem, que procura ter reconhecido o investimento na formação, tem consciência de seu preço e se vê com direito à autonomia – procura espaços ainda não desvalorizados pelo feminino. Por outro lado, não se podia exortar as professoras a serem ignorantes, mas se podia dizer que o saber não era tudo nem o principal. Exaltar qualidades como abnegação, dedicação, altruísmo e espírito de sacrifício e pagar pouco: não por coincidência este discurso foi dirigido às mulheres. (CATANI, 1997, p. 28- 29 *apud* RABELO, 2007).

Contudo, em consequência dos diversos motivos sociais, a profissão docente tornou-se um legado feminino e esta constatação pode ser feita em visitas, às escolas de Educação Infantil e dos Anos Iniciais espalhadas por todo país. Ao falarmos sobre a educação da mulher e como ela foi sendo conduzida a exercer o magistério, Melo (2013) ressalta que ser professora se tornou uma profissão de dignidade e respeito, já Meyer (2003) nos fala que:

Desde a segunda metade do século XIX, as mulheres das camadas burguesas europeias e americanas passaram a ocupar, também, espaços como escolas e hospitais, mas suas atividades eram, quase sempre, controladas e dirigidas por homens e geralmente representadas como secundárias ou de apoio, ligadas à assistência social, ao cuidado de outros ou à educação (MEYER, 2003, p. 13).

Diante do exposto entendemos que o processo histórico do sistema de ensino com o passar do tempo sofreu algumas mudanças que refletiram na profissão docente, tornando-a feminizada. A seguir falaremos como essa mudança refletiu na profissão do pedagogo homem e seus enfrentaremos no mercado de trabalho.

3 O pedagogo homem e o magistério: olhares para o mercado de trabalho

Como discutido anteriormente, as mulheres têm predominado no magistério, sobretudo na Educação Infantil e nos Anos Iniciais da Educação Básica, isto devido a elementos sociais que condicionam e reforçam padrões generificados sobre os papéis masculinos e femininos. No entanto, existem poucas pesquisas no que se refere ao papel dos homens pedagogos, que dificuldades enfrentam e como lidam com os problemas que surgem ao longo da trajetória profissional.

O campo educacional, especificamente na atuação de professores tem servido de estudos em diferentes esferas, incluindo a identidade docente, o desenvolvimento profissional e entre outros. Com isso, percebemos que as marcas de gênero no que se refere a atuação docente, principalmente na Pedagogia por vezes está atrelada a divisão social e sexual de trabalho, onde homem e mulher assume diferentes papéis que são determinados por uma sociedade patriarcal.

Com a apropriação do Brasil pelos portugueses, a educação foi sendo modificada. O que antes era informal, passado pelos povos indígenas para seus sucessores, tornou-se algo formal e tecnicista. Houve então a chegada dos padres jesuítas e outras ordens religiosas, que desempenhavam o papel de professor, com o intuito de catequizar os nativos à religião católica.

Desse modo, ao longo do tempo, o homem foi se tornando a representação de um modelo exímio de

educação, disciplina e boas condutas para a formação do caráter das crianças. Sobre isso, Louro (2011) aponta que:

O mestre – e o jesuíta é seu exemplo mais perfeito – é cuidadosamente preparado para exercer seu ofício. Ele se torna um ‘especialista da infância’, ele domina os conhecimentos e as técnicas de ensino, as armas para a conquista das almas infantis e para a sua vigilância, ele sabe graduar seus ensinamentos, estimular a vontade, treinar o caráter e corrigir com brandura – ele é o responsável imediato e mais visível da formação dos indivíduos (LOURO, 2011, p.92).

Como se vê, a figura masculina era o modelo de ser humano justo, sábio, era considerado o detentor da razão e do conhecimento, bem como o domínio para as tomadas de decisões importantes para a vida em sociedade. Toda essa influência, conseqüentemente, se estendia a educação, que era vivenciada apenas por homens, visto que nessa época as mulheres não tinham acesso nem direito a educação formal.

No entanto, ao longo do tempo, em meados do século XX, houve um aumento significativo no processo de urbanização, fazendo com que se aumentasse a demanda da educação, isto é, aumentou-se a oferta e a procura no que se refere à educação, desse modo, meninas e mulheres ingressaram como alunas e professoras, o que tornou o magistério permitido e recomendado às mulheres (LOURO, 2011).

Apesar disso, alguns estudiosos sobre o tema (LOURO, 2011), nos mostram que o ingresso das mulheres no magistério se deu pela desvalorização da profissão docente, bem como a relação cuidar-educar que se esperava das mulheres/esposas/mães, sendo o magistério uma forma de elas terem alguma independência, mas, sem deixar a “essência” feminina.

Por existir essa correlação das mulheres com a educação, e, do ato de educar com o cuidar, houve o afastamento dos homens com a docência na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Desse modo, acreditar que as mulheres cumpririam perfeitamente seus papéis de mães e educadoras, resultou no distanciamento de homens nesta área, principalmente nessas etapas da Educação Básica mencionada anteriormente. Mas, existem outros fatores que justifiquem a ausência dos homens na carreira professoral?

Além das características tidas como essencialmente femininas para o exercício do magistério, homens que ingressam nessa área têm dificuldades em manter-se nela, como explica Ramos:

[...] Para serem aceitos pela comunidade escolar, os professores do sexo masculino passam pelo crivo e pela vigilância dos adultos, especialmente quando a função no interior da instituição infantil exige a execução das funções relacionadas ao cuidado das crianças (RAMOS, 2011, p.61).

Essa vigilância se dá pelo estranhamento da presença do homem em um espaço historicamente feminizado. Em sua tese de doutorado, Sayão (2005) nos mostra alguns relatos sobre as dificuldades enfrentadas por homens em creches e pré-escolas, a exemplo do relato do professor Ângelo:

[...] estou num espaço que as pessoas veem de uma maneira que não seria para mim aquele espaço. Eu vi uma coisa muito forte por trás dos panos, é que homem na direção não vai dar certo, homem na educação infantil não dá certo. Eu escutei isso [...] (ÂNGELO, PROFESSOR) (SAYÃO, 2005, p. 76).

Somado a essa problemática do estigma feminino na Educação Infantil em que cabe as mulheres o papel de educar, homens pedagogos geralmente não têm a oportunidade de atuar nas salas de aula. Ao ingressarem em uma creche ou em uma escola dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, os homens muitas vezes são conduzidos a exercer cargo de gestão pela estranheza desses homens em

sala de aula, seja pelas crianças ou pelos responsáveis. Quando não é possível remanejar esses homens para cargos de gestão, estes são induzidos a atuar em séries de crianças maiores, por entender que elas não demandam tanto cuidado como crianças pequenas, e, dessa forma, esses homens professores não precisarão ter contato direto com os corpos dessas crianças.

Os padrões de gênero influenciam as carreiras profissionais e interferem na aceitação do sujeito homem na atuação pedagógica com crianças. Devido a esse fator condicionante, vemos tão poucos homens atuando no ensino com crianças, visto que, essa realidade é aprendida e apreendida por nós ao longo das nossas vidas pelas diversas instâncias culturais. Sobre isso, Rabelo (2013) nos diz que:

[...] raramente se retratam homens em ocupações consideradas femininas, e quando isso acontece, eles são representados de maneira extremamente estereotipada, por exemplo, associados à homossexualidade, à pedofilia e/ou à falta de jeito, tal como aparece inclusive em filmes (RABELO, 2013, p. 913).

Como podemos ver, aprendemos sobre como sermos homens e mulheres através do convívio em sociedade, através das mídias, das escolas etc. e, esses ensinamentos se estendem ao homem na docência, relacionando também a sexualidade deles. A sexualidade e todo o tabu que se tem em torno dela se tornam, aqui, outro fator condicionante para que homens procurem menos a área professoral como carreira a seguir, sobretudo quando se trata da Educação Infantil, na atuação com bebês e crianças menores.

Sobre isso, Sayão discute que se atribui a homossexualidade a esses homens devido às características tidas como femininas, a exemplo do cuidado, carinho, paciência, afetividade presentes no ato de educar:

Trabalhando numa profissão considerada feminina, os homens que aí atuavam não poderiam ser ‘muito homens’, sendo que a imagem de homossexualidade masculina é uma forte representação e um estereótipo que permeia o trabalho e as relações entre os/as profissionais. (SAYÃO, 2005, p.217).

Corroborando com a autora, Rabelo (2013), em sua pesquisa sobre discriminação, revela que atribuir a homossexualidade ou hipersexualização aos professores homens em séries iniciais ou pré-escolas acarretam problemas no desenvolvimento das funções pedagógicas, causando mal-estar no professor e no seu convívio profissional:

A homofobia causa problemas até mesmo na empregabilidade dos docentes do sexo masculino nas séries iniciais do ensino fundamental. O professor Vinícius (RJ-BR) já perdeu o emprego em uma escola privada por causa de preconceito; já teve, ainda, que “reforçar a sua masculinidade” perante uma mãe de aluno que o considerava homossexual e também perante os varredores de sua escola (RABELO, 2013, p. 914).

Conforme o relato da autora, percebemos diversas nuances e associações que justificam a dificuldade de inserção do homem no magistério, nas áreas de Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Dentre essas dificuldades, as principais são: a feminização do magistério e a discriminação da comunidade escolar (gestão, outros professores, funcionário, pais, mães e familiares). No próximo tópico, discutiremos sobre as diversas formas de discriminação e possibilidades de enfrentamento e resistência.

4 Homens na Pedagogia? Processos de aceitação e enfrentamento

A trajetória masculina no espaço educativo escolar com crianças não é um caminho de fácil aceitação social, por conseguinte, vemos um número tão baixo de homens nessa área de atuação profissional. Conforme dados do Censo do Professor do ano de 2007, percebemos nitidamente a diferença do número de homens e mulheres atuando na Educação Básica, com destaque a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A trajetória masculina no espaço educativo escolar com crianças não é um caminho de fácil aceitação social, por conseguinte, vemos um número tão baixo de homens nessa área de atuação profissional. Conforme dados do Censo do Professor do ano de 2007, percebemos nitidamente a diferença do número de homens e mulheres atuando na Educação Básica, com destaque a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Podemos observar essa desigualdade por meio de uma pesquisa no Portal INEP, onde através de indicadores Educacionais, percebemos que a Educação Básica no Brasil é constituída por cerca de 1.882.921 educadores, sendo 1.542.925 por mulheres enquanto que os homens chegam a um número de 340.036. Na Educação Infantil constatamos um número de atuação masculina ainda menor. Na creche atuam cerca de 95.643 educadores, sendo 93.675 mulheres e apenas 1.968 homens.

Quando se trata da Pré-Escola, o número de educadores no total chega a 240.543, sendo 231.096 mulheres e 9.447 homens. Já no Ensino Fundamental, podemos perceber um aumento no número de professores homens em relação à Educação Básica e Infantil. Nos anos iniciais atuam aproximadamente 685.025 professores, sendo 624.850 mulheres e 60.175 homens. Já nos anos finais o total de professores chega a 736.502, com 624.850 mulheres e 188.452 homens.

O número de professores no geral que atuam no Ensino Médio chega a 414.555, sendo que 267.174 são mulheres e 147.381 homens, enquanto que na Educação profissional, podemos observar que o número de professores homens atuando, chega a ser superior do que o de mulheres, com aproximadamente 49.653 em seu total, sendo 23.167 mulheres e 26.486 homens. Mesmo com o número menor de homens atuando na sala de aula, apontamos que entre as regiões brasileiras, o Sudeste tem se destacado por possuir um número maior de atuação masculina.

Como se vê, percebemos que a participação de homens na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental são expressos em um quantitativo muito pequeno. Já na Educação Profissional, a participação de homens é maior que a participação de mulheres. O que questionamos é: quanto maior o prestígio da profissão, maior é a atuação dos homens?

Responder a essa questão é algo complexo, pois, para respondê-la, é necessário fazer uma análise histórica e social da profissão docente, tomando como mote as questões de gênero. Como as mulheres não tinham espaço ou oportunidade de ingressar no mercado de trabalho, ao assumirem as salas de aulas, elas se depararam com um espaço e modelo escolar masculino, tendo em visto que, eles foram os primeiros a ocuparem a condição de professor.

Com isso, pensamos que a presença masculina na sala de aula, se caracteriza como uma resistência em relação aos discursos sociais e culturais, refletindo a relação de poder que corrobora para o cargo da docência, seja majoritariamente constituída por mulheres, afastando os homens dessa função. Ao problematizar os exercícios do poder considerando as relações de gênero e os argumentos de Michel Foucault, Louro (2011) assinala que:

[...] extremamente problemático aceitar que um polo tem o poder – estavelmente – e outro, não. Em vez disso, deve-se supor que o poder é exercido pelos sujeitos e que tem efeitos sobre suas ações. Torna-se central pensar no exercício do poder, exercício que se constitui por “manobras”, “técnicas”, “disposições”, as quais são, por sua vez, resistidas e contestadas, absorvidas, aceitas ou transformadas. É importante notar que, na concepção de Foucault, o exercício do poder sempre se dá entre sujeitos que são capazes de resistir (pois, caso contrário, o que se verifica, segundo ele, é uma

relação de violência). (p. 42, 43. Grifos da autora).

De acordo com Louro, podemos considerar que gênero é vivenciado de forma relacional, onde as representações de homens e mulheres se estruturam de maneira concreta e simbólica vividas em sociedade. Desse modo, a docência foi tida como uma conquista marcante para a emancipação feminina, uma vez que, a partir dela, as mulheres brancas e de classe média poderiam ter um trabalho que se articulava com sua condição de esposa/mãe/dona de casa.

A partir desse pensamento, constrói-se a ideia de que a escola é uma extensão do lar, transformando as mulheres-professoras em cuidadoras no espaço escolar. Com isso, retornamos ao tema desvalorização da profissão docente, bem explicado por Cruz e Sousa (2017):

As insuficientes condições de trabalho e de salário são marcas ainda deixadas pelo Estado, mostrando descaso com a educação pública que afastou homens do magistério e ampliaram o espaço escolar para as mulheres que representavam uma mão de obra mais barata, essas mulheres se constituíam em sua maioria pelo grupo da classe média-média e classe média-baixa, que perceberam a educação como uma possibilidade de exercer uma profissão sem que sua reputação fosse colocada a julgamento, exercendo tarefas de cuidado, que se aproximavam da vida doméstica e garantiria também uma certa ascensão econômico-social (CRUZ; SOUSA, 2017, p. 8).

Com isso, entendemos que a ausência de homens na educação, atuando com crianças, se deu, historicamente, pela desvalorização da profissão, baixos salários e a consolidação do magistério ser algo específico e recomendável às mulheres. Desse modo, a maioria dos homens que atuaram na profissão não era bem visto ou bem aceito, estendendo-se até os dias de hoje, e agora, associando-o também à orientação sexual homossexual e a pedofilia. Assim, os pedagogos, bem como outros profissionais homens em carreiras tidas como femininas, enfrentam dificuldades em exercê-las, diante do preconceito, discriminação que sofrem.

Segundo Cortez (2008), o cuidar, que se configuram como contato corporal, carinhos, gestos, afetos, que geralmente se atribui às mulheres, é visto com maus olhos quando se refere aos homens, tornando quase inevitável o distanciamento do pedagogo homem com as crianças pequenas. Essa distinção de características associadas à mulher faz com que alguns professores tenham receio de atuar com crianças, sobretudo, na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Em sua tese de doutorado, Sayão (2005), nos mostra que alguns professores que participaram de sua pesquisa, demonstram que, além de terem receio, percebem que a própria gestão escolar, de certo modo, incentiva a desconfiança e questionamentos das famílias, com relação ao seu desempenho profissional e sua índole enquanto pessoa, sob a alegação de possíveis abusos sexuais ou assédio por parte dos mesmos.

Para entendermos melhor o preconceito e/ou discriminação contra os pedagogos homens, é importante definir o que é cada um. De acordo com o Dicionário Online de Português, preconceito, discriminação e homofobia podem ser definidos por:

A) **Preconceito** - Juízo de valor preconcebido sobre algo ou alguém; prejudgamento. Opinião ou pensamento acerca de algo ou de alguém, construída a partir de análises sem fundamento, conhecimento nem reflexão. Repúdio demonstrado ou efetivado através da discriminação de grupos religiosos, pessoas, ideias; refere-se também à sexualidade, à raça, à nacionalidade etc.; intolerância: o racismo, a xenofobia, a homofobia são tipos de preconceito.

B) **Discriminação** - Ação de discriminar, de segregar alguém, tratando essa pessoa de maneira diferente e parcial, por motivos de diferenças sexuais, raciais, religiosas; ato de tratar de forma injusta: discriminação racial.

C) **Homofobia** - Medo patológico em relação à homossexualidade e aos homossexuais, a quem se sente sexual e afetivamente atraído por pessoas do mesmo sexo. Ódio direcionado aos homossexuais, geralmente demonstrado através de violência física ou verbal. Preconceito contra homossexuais ou contra pessoas que não se identificam como heterossexuais.

De acordo com as definições, o homem pedagogo, enfrenta em sua prática docente todas as nuances do preconceito, da discriminação. Esses fatores influenciam no ingresso dos homens pedagogos no mercado de trabalho na atuação com crianças. Corroborando com que Rabelo (2013) destaca acerca do gendramento das carreiras:

[...] percebemos em nosso estudo que os professores do sexo masculino atuantes nas séries iniciais do ensino fundamental sentem fortemente as questões de gênero. O que gera maior sofrimento a esses docentes são as experiências de discriminação que vivenciaram ou presenciaram (RABELO, 2013, p. 911).

Como se vê, a Educação é um campo estigmatizado como uma área de atuação feminina, este estigma acaba por desvalorizar e desconsiderar o profissional de Pedagogia do sexo masculino, pois por mais competente que ele seja, eles ainda enfrentam as barreiras construídas e pautadas historicamente baseadas na ideia de que apenas os homens podem oferecer perigos às crianças, causando preconceitos, discriminações e estranhamentos por parte de toda a comunidade escolar, bem como da sociedade. Diante disso, questionamos: e quanto aos homens atuantes nas demais licenciaturas (Língua Portuguesa, Matemática, etc.)? Existe alguma barreira e/ou preconceito?

Segundo Vianna (2001) o cuidar/educar é um compromisso moral, não podendo se restringir ao homem ou a mulher:

Muitas atividades profissionais associadas ao cuidado são consideradas femininas, como a enfermagem, o tomar conta de crianças pequenas, a educação infantil, etc. O ato de cuidar, fundamental na relação com a criança, deve ser entendido como uma atividade que envolve compromisso moral (VIANA, 2001, p. 93).

Entendemos, assim, que é necessário repensar o ato de educar, tomando como princípio a frase de Paulo Freire (2008) quando ele diz que educar é um ato transformador, tornando-se político e também um ato de amor. Podemos assim considerar as práticas pedagógicas sem olhar para o gênero, valorizando o profissional da educação como capacitado para tal função, independentemente de ser homem ou mulher.

Nesses tempos em que vivenciamos e percebemos a luta contra preconceitos à comunidade LGBTQI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, *Queer* e Intersex) se intensificando e se articulando à luta contra o racismo, a violência de gênero, e demais pautas sociais, vale repensar, como educadores, qual o papel social do pedagogo homem, com o intuito de quebrar os estereótipos já enraizados, desconstruindo a ideia de maternidade que se tem na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

5 A visão dos egressos sobre a escolha do curso de pedagogia

Nesta seção trataremos sobre as motivações das escolhas pelo curso de Pedagogia por partes dos sujeitos de pesquisa, bem como situações pertinentes às questões de gênero durante o curso e possíveis barreiras e/ou dificuldades por eles enfrentadas.

Quando perguntamos sobre os motivos pelo quais os participantes escolheram o curso de Pedagogia, a maioria das respostas indicou que Pedagogia não foi à primeira opção, mas que, ao longo do curso,

decidiram continuar por compreender a abrangência do curso e sua perspectiva para o mercado de trabalho. Outros decidiram cursar Pedagogia devido a testes vocacionais ou por se identificarem com a área. Abaixo estão algumas respostas.

“Entrei o curso por reopção. Após cursar o primeiro período, me encantei com o curso e dei prosseguimento”. (Paulo, 2019)

“Uma aparente abrangência de atuação no mercado de trabalho”. (Pedro, 2019)

“Gosto pela área de Educação e testes vocacionais”. (João, 2019)

“Inicialmente não era minha escolha primária, mas com o passar dos semestres, a Educação Especial me chamou atenção e decidi ficar”. (Antônio, 2019)

“Pedagogia foi reopção de curso para mim, eu pretendia usá-lo apenas como trampolim para mudar de curso depois, mas quando iniciei as aulas comecei a me interessar pela abrangência no campo das humanidades que o curso proporciona, então concluí”. (Ivo, 2019)

“Na verdade, foi por falta de opção”. (Saulo, 2019)

“Minha primeira escolha foi Psicologia, mas não obtive pontuação suficiente. Iniciei Pedagogia pensando em migrar de curso, mas com o passar dos períodos, decidi continuar”. (Samuel, 2019)

Como se vê entre os homens o curso de Pedagogia não é muito procurado, dificilmente sendo primeira opção, por ser um curso desvalorizado e pouco procurado homens e mulheres geralmente entram no curso de Pedagogia pela nota de corte do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Pensando nisso, buscamos dialogar com alguns autores para compreender a pouca quantidade de homens no curso. Neste sentido, Ramos (2011) ratifica:

[...] apesar das muitas transformações experimentadas no mundo social, ainda prevalece no discurso corrente uma concepção [...] que associava o ensino primário às características consideradas femininas, como o amor às crianças, a abnegação e a delicadeza. Essa associação serviu e ainda serve para aproximar o exercício da docência ao da maternagem e contribui, assim, para misturar o campo profissional ao doméstico. Essa mistura serve para criar, no mínimo, dois pontos de tensionamentos: a desvalorização da profissão e a demarcação desse campo de atuação como eminentemente feminino (RAMOS, 2011, p. 126).

A desvalorização do campo educacional, sobretudo do curso de Pedagogia distanciou (e ainda distancia) os homens da profissão. Corroborando com o autor acima citado, as respostas de alguns participantes indicam que além de o curso não ser primeira opção, seria usado como uma forma de migração para outro curso desejado por eles. Além destes fatores condicionantes, existem outros fatores adjacentes que permeiam a presença dos homens no curso de Pedagogia. Pensando nisso, buscamos entender como as questões de gênero influenciaram na escolha do curso para os participantes. Segue abaixo algumas respostas sobre esta possível influência.

“O campo de trabalho influencia muito na escolha do curso, tendo vista que a parte majoritária das pessoas que concluem o curso vai atuar na Educação Infantil, e os homens não são bem aceitos nesta área, então não são motivados a escolher a Pedagogia”. (Lucas, 2019)

“Não me influenciaram, mas o curso se mostrou de procura majoritária do público feminino”. (Pedro, 2019)

“Elas influenciam, pois é um curso de maioria feminina e com pouco espaço para os homens, coisa

que deve ser trabalhada”. (João, 2019)

“Através dos paradigmas de que a mulher possui ‘mais jeito com crianças’, afasta do homem, muitas vezes, o despertar da curiosidade de conhecer o curso”. (Hélio, 2019)

“Na minha visão, não recebi influência desses fatores na minha escolha”. (Jhon, 2019)

“Como disse, não escolhi Pedagogia, eu não sabia ao certo onde estava me metendo”. (Saulo, 2019)

“No começo fiquei com receio, pois o curso é majoritariamente feminino. pensei nos preconceitos e sentia até vergonha de falar qual curso fazia, pois homem que cursava pedagogia era visto como gay. Com o tempo, minha percepção foi mudando e passei a ter outros olhos sobre o curso, além de mudar os olhares das pessoas próximas”. (David, 2019)

Podemos observar que, a maioria dos participantes não reconhece que existe influência das questões de gênero em suas escolhas por conta da difícil sensocomunicação e/ou do gênero como organizador social. No entanto, para além do que se constatou sobre a feminização do magistério, um dos participantes falou sobre como a sexualidade está relacionada com a educação quando se trata de homens pedagogos. Sobre isso, Sayão (2005) explica que esta relação se dá porque aprendemos a sexualidade a partir de noções pré-concebidas de masculino e feminino na sociedade:

Tudo aquilo que entendemos por “sexual” está impregnado por mecanismos culturais que determinam nossa forma de pensar/sentir as satisfações eróticas através de construções simbólicas que dão forma às sensações corporais/físicas. Portanto, a estreita relação e os modos como concebemos a masculinidade e a feminilidade com a sexualidade fazem parte desse contexto de representações culturalmente construídas e produzidas/reproduzidas nos diferentes espaços sociais. Daí derivam as maneiras pelas quais entendemos a heterossexualidade, a homossexualidade, a bissexualidade e outras formas de relação (SAYÃO, 2005, p. 210).

Nesse sentido, gênero e sexualidade se inter-relacionam, uma vez que somos seres sexuados desde que nascemos (NUNES, 2005) e apreendemos noções de gênero conforme vivemos em sociedade, uma vez que este é a primeira forma de organização social (SCOTT, 1995). Desta forma, somos atravessados/as pelo discurso criado sobre a sexualidade no lugar em vivemos, nos afetando em todos os âmbitos da nossa vida. Sendo assim, esses entraves e atravessamentos interpelam nossas vidas em todas as esferas sociais e/ou espaços que ocupamos na sociedade, uma vez que, essa mesma sociedade está constituída nos “princípios” do patriarcado, em que se constituem relações de poder.

A relação entre cultura e educação é estreita, uma vez que se complementam e se fundem na constituição dos sujeitos. Partindo desse pressuposto, se a cultura dominante está alicerçada no patriarcado, e a própria cultura atravessa a educação num movimento constante reorganização, o que resulta dessa relação quase que simbiótica?

Tentando responder essa pergunta, corroboramos com Bourdieu & Passeron *apud* Rosendo (2009, p. 05) ao dizer que “a ação pedagógica reproduz a cultura dominante, reproduzindo também as relações de poder de um determinado grupo social”. Destarte, a relação de poder produzida pela cultura dominante é aprendida e apreendida pela educação, perpassando por todas as etapas e espaços, estando presente, inclusive, no currículo.

Ao pensar o currículo, perguntamos aos participantes qual ou, quais área de atuação da Pedagogia mais lhes chamavam a atenção. Eles responderam o seguinte:

“Achei a Educação Especial muito interessante”. (Rick, 2019).

“Gostei mais da EJA”. (Pedro, 2019).

“Psicologia da Educação e Educação Emocional”. (Jorge, 2019).

“Gestão educacional, por perceber que encontraria menos resistência para me colocar no mercado de trabalho”. (Victor, 2019).

“Gestão educacional”. (Hélio, 2019).

“Gestão Educacional. As discussões sobre gestão escolar e áreas afins sempre despertou em mim curiosidades e apreço”. (Antônio, 2019)

“Identifiquei-me com a EJA”. (Carlos, 2019)

“Gestão Educacional”. (Jhon, 2019)

“Gostei muito da área de Economia, Política Educacional e Currículo”. (Paulo, 2019)

“Psicologia, Pesquisa e Gestão”. (David, 2019)

Observamos que, a maioria dos participantes se interessou por áreas que não envolvem tanto a relação entre educar e cuidar, talvez por acreditar que homens vivenciam a dinâmica da docência de maneira distinta das mulheres, uma vez que existe preconceito em relação a homens pedagogos ensinando crianças não só dentro da escola, mas também há uma grande resistência da sociedade de modo geral em aceitar a atuação desses profissionais, associando assim a Educação de crianças as mulheres pedagogas. Com isso, a área de atuação que envolve a educação de crianças, é tida como área essencialmente feminina, optando por áreas mais voltadas para a execução de cargos administrativos. Nesse sentido, percebemos que, as noções de gênero apreendidas por cada um influenciam não apenas na escolha do curso, mas, também, na área em que se pretende atuar.

A resposta de Victor sintetiza o que discutimos anteriormente sobre os locais em que a presença do homem pedagogo é permitida. No cargo de gestão numa perspectiva não democrática, o homem pedagogo estaria em uma posição de prestígio em relação às outras áreas de atuação na escola, uma vez que assume o papel de condutor das estruturas organizacionais da escola, delegando funções, ações e normas a serem seguidas.

Nessa lógica, o homem que atua como gestor escolar ou em algum cargo administrativo dentro da escola assume um lugar hierarquizado, em que o masculino assume funções de gestão e o feminino assume funções de cuidado, apontando trabalhos masculinos e femininos como mais ou menos valorizados respectivamente. Esta hierarquização e/ou classificação está intrinsecamente ligada às relações de poder (MEYER, 2003).

Embora o interesse dos participantes tenham sido na maioria, em áreas de gestão, pesquisa, economia ou currículo, o preconceito por ser homem em uma área majoritariamente feminina se fez presente. Apenas cinco dos participantes relataram não terem sofrido preconceito por ser homem na Pedagogia. Entretanto, os outros treze participantes declararam que sofreram preconceito pelo menos uma vez durante o curso e fora também, conforme os relatos:

“Não sei se coloco como preconceito, mas muitos falaram que por ser homem merecia ganhar mais e que quanto menos mulheres era melhor o curso”. (João, 2019)

“Sim. Já deixei de ser escolhido em entrevistas de emprego, pelo fato de que os pais dos alunos não gostariam de minha presença no meio das crianças”. (Carlos, 2019)

“Diversas vezes. Primeiro no meu ciclo de amigos, pois como falei anteriormente, quem cursava pedagogia era visto como gay. Depois, durante o curso, também sofri em alguns estágios, geralmente algumas professoras me olhavam ‘torto’ por ser homem. Após a conclusão sofri para encontrar trabalho, consegui só por indicação”. (David, 2019)

“Sim. Quando fui para a área de Educação Especial, encontrei dificuldade por ser homem. Algumas pessoas ainda tem o pensamento que a área, principalmente se tratando de Educação Especial, é de competência das mulheres”. (Rick, 2019)

“Sim. Tanto nos estágios obrigatórios como nos estágios não obrigatórios, escutava de professoras e outros profissionais do campo de estágio, que aquela profissão daria mais jeito para homens e tentavam me desestimular, foram-me negados alguns estágios, pois só podiam ser mulheres ou diziam que estava lotado de estagiários (quando não estava) e depois outra estudante conseguia a vaga”. (Paulo 2019)

“Sim. Por ser homem, teve uma professora que dificultou muitas coisas para mim, mas consegui terminar o estágio”. (Ivo, 2019)

O preconceito sofrido pelos participantes se apresentou das mais variadas formas e, mais uma vez, a sexualidade foi posta como fator predominante na prática do preconceito, nas oportunidades de estágio e na inserção no mercado de trabalho. O preconceito baseado na sexualidade se fundamenta na ideia de que o homem é um ser sexuado ativo que, por ser assim, tecnicamente, não é capaz de controlar seus impulsos, não “devendo” estar em contato direto com os corpos das crianças (SAYÃO, 2005).

Sobre isso, Ramos (2011) demonstra que *“além da explícita rejeição à figura masculina na educação infantil, é perceptível o olhar atento e desconfiado dos adultos quando um professor do sexo masculino ingressa na instituição”* (RAMOS, 2011, p. 99-100). Os relatos dos participantes denunciam que os preconceitos se fazem presença do ingresso à conclusão do curso, ocorrendo, inclusive nos estágios, etapa de muita importância no processo formativo. A seguir apresentamos as dificuldades apresentadas pelos egressos na sua inserção no mercado de trabalho.

6 As dificuldades apresentadas pelos egressos do curso de Pedagogia na inserção no mercado de trabalho

Nesta seção, trataremos sobre as dificuldades que os alunos egressos do curso de Pedagogia enfrentam ou enfrentaram no mercado de trabalho, assim como sua visão sobre as perspectivas do cenário atual e do futuro profissional.

Como vimos na seção anterior, assim como nos estágios, no mercado de trabalho não é muito diferente. Quando perguntamos suas perspectivas sobre a profissão docente, as respostas vieram em forma de desabafos sobre a área de atuação na escola e demais dificuldade para se inserirem no campo, como demonstram algumas respostas um pouco desanimadoras.

“Para sala de aula é realmente complicado, pois onde há mais vagas para pedagogos é na Educação Infantil, e pelo pensamento popular, não é recomendado um homem assumir uma sala com crianças. Nunca passei por algo assim, pois desde sempre não quis atuar com educação infantil”. (Paulo, 2019)

“Percebo que no serviço público todos os gêneros podem ter oportunidades para atuação. Já no mercado privado, vemos uma exclusão nas salas de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental onde o quadro de professores é 100% feminino. Algumas escolas (empresas) alegam diversos empecilhos para contratação de homens, exceto professores de áreas isoladas. Contudo,

reforça o estereótipo de que esse campo de atuação é apenas para mulheres e nos deixa em uma situação de exclusão”. (Pedro, 2019)

“Muito restrito. A não ser que seja a área de gestão ou ensino superior”. (João, 2019)

“Restrito, nem todas as escolas se abrem para a atuação masculina como professor, independente da formação”. (Antônio, 2019)

“Realmente é complicado. Sou concursado, acho que por isso consegui exercer minha profissão”. (Rick, 2019)

“Muito ruim. Sem perspectiva. Às vezes sinto que foi uma perda de tempo ter feito esse curso”. (Saulo, 2019)

“Tive muita dificuldade de atuar na minha área, consegui por indicação. Geralmente essa área da pedagogia é vista como feminina por uma questão cultural. Nesse caso, os homens não tem espaços nas salas de aula. Me diga um pedagogo ensinando na alfabetização, por exemplo?”. (David, 2019).

As dificuldades se apresentam antes mesmo de se inserirem no mercado de trabalho, quando, enfim, conseguem ingressar, essas dificuldades não se resumem a olhares estranhos ou palavras que desencorajam, para, além disso, existe uma tentativa quase que escancarada de não permitir o exercício da docência por parte dos homens pedagogos. Sobre isso, Zanette e Dal'Igna (2018) demonstram que:

Além de ter que comprovar sua eficiência como professores, muitas vezes os homens enfrentam ainda mais dificuldades quando decidem exercer a docência, porque a partir do momento em que eles ingressam na escola, parece haver um investimento para que esses se desloquem da docência para cargos administrativos (ZANETTE; DAL'IGNA, 2018, p. 136).

Esse “investimento” em que o autor e a autora falam pode estar fundamentado no preconceito no que concerne a sexualidade dos homens pedagogos? Além do preconceito sobre a sexualidade, que outras questões estão presentes no “currículo oculto” das instituições escolares? A crença de que homens devem estar em cargos superiores poderia ser um dos fatores condicionantes para a resistência de sua atuação na docência?

No estudo feito por Ramos (2011), foi constatado que as relações de gênero presentes na educação resultam em uma rejeição e/ou resistência em aceitar homens pedagogos atuando na docência por parte da comunidade escolar. Nesse sentido, Ramos (2011, p. 99-100) ratifica que:

Percebe-se que não sem razão, vários professores, ao tomarem posse em seus cargos de educador infantil, foram encaminhados para as funções nas quais atuariam sob a vigilância constante de outros profissionais. Ou seja, eram colocados na função de professor do apoio, na função de professor responsável pela “educação física”, pelas oficinas de artes, de informática ou qualquer outra linguagem nas quais existisse menor demanda de cuidados e de toques físicos (RAMOS, 2011, p. 99-100).

Corroborando com Ramos, as respostas dos participantes demonstram reiterar o que consta na literatura, a exemplo da resposta do participante Saulo *“Muito ruim. Sem perspectiva. Às vezes sinto que foi uma perda de tempo ter feito esse curso”* que além de não conseguir atuar na área, acredita ter sido uma perda de tempo ter feito o curso, em razão da dificuldade em conseguir se inserir na área pedagógica. Assim, quais mudanças poderiam ser feitas para mudar essa realidade?

Pensando nisso, perguntamos o que eles acreditam que poderia ser feito para desconstruir o preconceito do homem pedagogo no mercado de trabalho. As respostas revelam que, na opinião deles, é preciso que mais homens curssem Pedagogia, para que mais homens se insiram no mercado de trabalho, além do investimento no profissional da educação, como demonstram algumas respostas:

“Mais homens cursarem Pedagogia, assim, pode ser que mostre que Pedagogia também é coisa de homem”. (Antônio, 2019)

“Acho que mais vagas para homens com cotas e parcerias com escolas públicas e privadas para inserir o homem nas escolas básicas”. (João, 2019)

“A inserção do homem no mercado de trabalho, para que eles possam mostrar que possuem tanta qualificação quanto às mulheres, considero suficiente. Acredito que no Brasil a reflexão que mais possui crédito na vida do cidadão é a vivência de algo para a quebra do preconceito”. (David, 2019)

“Investir na formação dos profissionais da educação e na conscientização da comunidade escolar, por vezes os preconceitos se enraízam na própria comunidade, fazendo crescer exponencialmente suas causas e efeitos”. (Lucas, 2019)

Desse modo, o que podemos pensar diante as falas dos participantes da pesquisa é que perante a sociedade androcêntrica e patriarcal em que vivemos, somos condicionados a vivenciar relações de gênero constantemente e no campo educacional não é diferente. Segundo Swain (2000), as relações de poder ocorrem nos processos em que as relações entre os sujeitos ganham sentido. Com isso, afirma que “esta é a relação de poder, é a inflexão sobre a auto representação, sobre a conduta, sobre as imagens de corpo, sobre a apreensão do mundo, instituindo assim uma realidade fundada na univocidade das imagens e das significações, lá onde as possibilidades são plurais” (p. 69). A seguir mais algumas respostas dos participantes em relação ao que poderia ser feito para mudar a atual perspectiva da atuação de Pedagogos homens na sala de aula.

“Investimento nos profissionais da educação, o olhar da sociedade sobre questões de preconceito mudar. Na verdade vai muito de uma mudança cultural mesmo”. (Renner, 2019)

“Quebrar a visão social de que pedagogia é coisa de mulher e que homem pode e deve atuar nas salas de aula”. (Daniel, 2019)

“As mudanças tem que ser sociais, desse modo conseguimos ramificar a conscientização quando ao mercado de trabalho para o pedagogo homem”. (Samuel, 2019)

“A mudança tem que partir da mente das pessoas. Já tá muito impregnado na cabeça das pessoas que pedagogia é pra mulher. Acho que nunca vai acontecer. Esse é um assunto que nunca vai deixar de ser discutido”. (Paulo, 2019)

“Uma das coisas que eu acho que pode atrair mais homens para a profissão é uma melhor remuneração, porque as vezes o cara até quer, mas não faz o curso porque o salário é muito baixo para muito trabalho”. (Saulo, 2019)

Ao pensar em mudanças, sobretudo mudanças na educação, entendemos que para que algo seja desconstruído, primeiramente, deve-se mudar todo um projeto de sociedade, uma vez que, o pensamento patriarcal, baseado na nas questões de gênero, são fatores estruturais, que não se mudam sozinhos, de forma isolada ou individualmente. É preciso agir de forma coletiva, e para isso, talvez, seja necessária a criação de políticas educacionais que promovam essa mudança, como relataram os

participantes.

No estudo de Lopes (2015) sobre a Base Nacional Comum Curricular, é falado sobre o currículo, sua importância e veemência. Para a autora, há uma centralidade no que concerne o currículo, fazendo necessário um descentramento, por entender que todo centro é instável e, portanto, sujeito à disputa, sendo constituído por contextos e construções de discursos no (e do) mundo. O currículo é, então, construído pelos discursos, isto é, práticas de significação, linguagem e ação. Assim, quais mudanças poderiam ser mais significativas ou mais eficazes para modificar, porventura, transformar a realidade educacional em que vivemos hoje, no que se refere o homem pedagogo?

Ao refletir sobre as questões elencadas, questionamos aos participantes se eles fariam novamente o curso de Pedagogia. Abaixo estão algumas respostas:

“Possivelmente faria primeiro Psicologia para garantir-me no mercado de trabalho, depois cursaria Pedagogia por entender a importância do curso na formação”. (Samuel, 2019)

“Escolheria novamente a Pedagogia, pois acredito na potencialidade da minha formação, e na abrangência das minhas possibilidades de atuação como pedagogo”. (Ivo, 2019)

“Provavelmente escolheria outro curso devido ao mercado de trabalho, suas condições e o aspecto financeiro”. (Daniel, 2019)

“Hoje, pelo apreço que passei a constituir pela História, cursaria Licenciatura em História, mas não me arrependo em nada em ter escolhido Pedagogia, foi uma das melhores opções em que fui assertivo na minha vida profissional”. (Jorge, 2019)

“Não. pois fiz quatro anos de curso pra não atuar na área”. (Lucas, 2019)

“Não, porque nunca foi minha primeira opção”. (Saulo, 2019)

“Acho que não. Não vi vantagem no curso depois que concluí”. (Hélio, 2019)

“Não. Fazemos um curso visando o mercado de trabalho e para mim a pedagogia não me trouxe nada que compensasse financeiramente falando”. (Samuel, 2019)

“Sim. Porque não atuo especificamente na área, não atuo como professor. Já faz quatro anos que eu me formei e todas as vezes que eu procurei emprego como professor tive as portas fechadas e vários não”. (Marcos, 2019)

“Não, porque não tem perspectiva para homens”. (Antônio, 2019)

Com o exposto, conseguimos compreender que, pela maioria das respostas, os participantes repensariam o curso de Pedagogia devido a todos os entraves e desvantagens que o homem enfrenta ao tentar se inserir nessa área. Retomamos a discussão sobre hierarquização dos espaços educacionais baseados no gênero, uma vez que, esta hierarquização contribui para a desvalorização da profissão, além de enfatizar diferenças entre homens e mulheres (im) postas pela sociedade. Sobre isso Izquierdo *apud* Rosemberg (1996) aponta que:

A hierarquia dos gêneros conduz ao estabelecimento de relações de dominação/submissão entre o gênero masculino e o feminino, independentemente de qual seja o sexo das pessoas que ocupam os espaços sociais de gênero, nas relações de gênero. A título de exemplo, a prática da enfermagem é uma atividade de gênero feminino e a da medicina de gênero masculino (IZQUIERDO *apud* ROSEMBERG, 1996, p. 62).

Os espaços que homens e mulheres “podem” ocupar produzem discursos que atravessam esses sujeitos e os condicionam a fazerem escolhas. Nesse sentido, mulheres e homens são condicionados/as a ocuparem os espaços “pré-estabelecidos” ou aceitáveis para cada gênero. Muitas das respostas mostram, de certo modo, arrependimento pela escolha da profissão, em que alguns ainda não conseguiram atuar na área.

Em sua tese de doutorado, Sayão (2005) fez um estudo sobre homens e a educação infantil, utilizando como ferramenta de coleta de dados a entrevista, obtendo respostas que ratificam o que coletamos neste trabalho: “muitos dos professores entrevistados lembraram-se de vários colegas que haviam desistido da docência. Alguns estavam atuando em funções burocráticas e outros aderiram a outras profissões” (SAYÃO, 2005, p. 138).

Com isso podemos destacar que a diferenciação marcada pelo gênero tem como principal objetivo diferenciar os espaços ocupados por homens e mulheres, implicando quase sempre em relações desiguais, refletindo na autonomia seja ela individual ou não, bem como nas escolhas de atuação da área.

6 Considerações finais

No decorrer deste trabalho procuramos refletir sobre as influências das questões de gênero na atuação do Pedagogo no mercado de trabalho. A pesquisa foi pautada em uma análise crítica acerca do objeto de estudo proposto. Para tanto, realizamos um mapeamento do quantitativo de alunos egressos do curso de Pedagogia, que inicialmente seria no marco temporal do período de 2014-2018, porém, por falta de respostas estendemos ao período de 2014-2019. Foi enviado um questionário *online* para os e-mails dos 51 alunos homens egressos, sendo que, apenas 18 participaram da pesquisa.

Este trabalho buscou conhecer a visão dos alunos egressos acerca das influências que as questões de gênero tiveram na escolha do curso de Pedagogia. Percebemos assim, que o campo educacional, por vezes está atrelado às questões de gênero e ainda que haja uma conscientização no que se refere à igualdade, podemos constatar que existe uma diferenciação do campo de atuação do homem e da mulher.

Durante a realização da pesquisa foi observado que a maioria dos entrevistados tem a concepção de que a Pedagogia não é uma área favorável para o homem, uma vez que existem muitas dificuldades e percalços a serem enfrentados. Pudemos ver em suas falas que eles acreditam que a mudança deve acontecer, primeiramente, no âmbito político e social, por entender que a aplicação de políticas públicas voltadas para a valorização do professor podem atrair mais homens para a profissão, fazendo com que, ao longo do tempo, as concepções pré-definidas socialmente sobre o magistério se dissipem.

Apesar disso, ainda reconhecem que a Pedagogia, apesar de ser um campo com ampla área de atuação, para o pedagogo homem a atuação é muito restrita. Retomando a questão sobre as mudanças, um dos participantes relata que talvez esse contexto nunca mude.

Pensando nisso, que ou quais ações poderiam ser feitas para mudar a atual conjuntura em que nós, profissionais da educação, estamos inseridos/as? Para tanto, a pesquisa revelou que uma das possibilidades seria a inserção de mais homens no mercado de trabalho, para que eles tenham a oportunidade de exercer a docência tanto quanto as mulheres. Além disso, acreditamos que no Brasil só aconteceria uma mudança significativa a partir da vivência de homens pedagogos exercendo a docência, para que, assim, possibilite a quebra dos preconceitos por eles enfrentados diariamente.

Observamos que a comunidade escolar é atravessada pelo medo de que os homens traga riscos aos cuidados das crianças, imperando o sexismo, uma vez que acreditam que eles não apresentam

condições de atuar com crianças. Acreditamos que esse cenário poderia ser diferente com a inserção de homens pedagogos na sala de aula, tornando essas barreiras e preconceitos menos recorrentes em nossa sociedade.

Por fim, consideramos este trabalho de extrema importância tanto para nossa formação enquanto docentes, quanto para a ampliação de uma visão diferenciada do pedagogo homem no mercado de trabalho, pois, nós educadores/as somos formadores de opiniões, assim como formadores de sujeitos e atores sociais. Com isso, destaco a importância de haver mais pesquisas sobre a temática, uma vez que, se trata de um assunto pertinente e imprescindível para uma educação libertadora, livre de opressões, estigmas e preconceitos, contribuindo, assim, para um novo olhar sobre a atuação do pedagogo homem na Educação.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulheres na educação**: missão, vocação e destino? A feminização do magistério longo do século XX. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ANDRADE, Sandra dos Santos. Mídia impressa e educação de corpos femininos. In: LOURO, Guacira; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade** : um contemporâneo na educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BEAUVOIR, Simone de, 1908-1986. O segundo sexo. Tradução Sérgio Milliet.- 2.ed. – Rio de Janeiro: Fronteira, 2016.

BOURDIE, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução. **Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. ROSENDO, Ana Paula. (Org). Covilhã: LusoSofia, 2009.

BOURDIEU, Pierre (1930-2002). **A Dominação Masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Brasil, 2003.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CARVALHO, M. E. P.; RABAY, G. **Gênero e educação superior**: apontamentos sobre o tema. João Pessoa da UFPB, 2015.

CONNELL, Robert W. Políticas da Masculinidade. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.20 (2), jul./dez. p.185-206.

CORTEZ, T. Educação Infantil: a dimensão moral da função de cuidar. **Psicologia da Educação**, São Paulo 2008, p. 77-101.

CRUZ, Shirleide Pereira da Silva; SOUSA, Fernando Santos. **Refletindo sobre gênero, trabalho e função docente**: um olhar para o pedagogo do gênero masculino iniciante na Educação Infantil. Trabalho apresentado Reunião Nacional da ANPEd, São Luiz - MA, 2017.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

GONÇALVES, Bruna de Oliveira; QUIRINO, Raquel. **Silenciamentos de Gênero e Sexismo na Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1500150420_ARQUIVO_ArtigoCompletoBrunaGoncalves.pdf> Acesso em: 26 set. 2018.

HOSTYN, Victória Leizer dos Santos. **Atitudes sexistas de professores de educação física durante suas aulas**: relatos e reflexões. 2016. 51f. Trabalho de Conclusão de Graduação – Universidade Federal do Rio Grande Escola de Educação Física.

IZQUIERDO, Maria Jesus. “Uso y abuso del concepto de género”. In: ROSEMBERG, Fúlvia (Org.). **Experiências em Educação Infantil e Processos de Exclusão**. Fundação Carlos Chagas, 2009.

LOPES, Alice Casimiro. Por um currículo sem fundamentos. **Linhas Críticas** (UnB), Brasília, v. 21, 2015, p. 466.

LOURO, G.L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Conhecer, pesquisar, escrever... **Educação, Sociedade e Culturas**, Cidade do Portão, 2007.

MELO, Maria, Célia Macedo Araújo. **Gênero e Universidade**: a presença da mulher aluna nos Cursos do C Ciências Exatas e Tecnologia da Universidade Federal do Maranhão. Maria Célia Macedo Araújo Melo. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=152157>. Acesso em: 26 set. 2018.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKI Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na e Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte, Autêntica Editora 2016.

MORENO, Monteserrat. **Como se ensina a ser menina**: o sexismo na escola. São Paulo: Moderna, 2003.

NUNES, César Aparecido. **Desvendando a sexualidade**. 7. Ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.

PARAÍSO, Marlucy Alves. "Currículo e relações de gênero": entre o que se ensina e o que se pode aprender. **Linhas**. Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 206-237, jan./abr. 2016.

RABELO, Amanda Oliveira. A mulher e docência: historicizando a feminização do magistério. **Revista do M de História**, Vassouras, v. 9, n. 9, p. 41-53, 2007.

RABELO, Amanda Oliveira. Professores discriminados: um estudo sobre os docentes do sexo masculino nas : ensino fundamental. **Educ. Pesquisa**. vol.39 n.4 São Paulo, Out./Dez. 2013.

RAMOS, Joaquim. **Um estudo sobre os professores homens da educação infantil e as relações de gênero municipal de Belo Horizonte – M.G.** (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em E Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. 139f.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

SAYÃO, Deborah Thomé. **Relações de gênero e trabalho docente na Educação Infantil: Um es professores em creche**. Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Fe Santa Catarina- UFSC, 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & Realidade**. 20(2). Jul./Dez. p.71-99.

SENKEVICS, Adriano. Bichos dos desenhos animados: laços e gravatas, mas nunca a genitália. **Ensaio de 15 jun.** 2012.

SWAIN, Tania Navarro. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. **T História**, v. 8, n. 1, p. 47-85, 2000.

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu** (17/18) 2001/02, p.81-103.

WALKERDINE, Valerie. O raciocínio em tempos pós-modernos. **Educação e Realidade**, v. 20, n.2, p. : jul./dez. 1995.

ZANETTE, Jaime Eduardo; DAL'IGNA. Maria Cláudia. "Ser homem" e "ser pedagogo": relações de gê caminhos da profissionalização. **Textura**, v. 20 n.43, maio/ago 2018.

Doutor em Educação, Professor da Universidade Federal da Paraíba no Centro de Educação. Professor do Programa de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS e do Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE, josevalmiranda@yahoo.com.br

Graduanda em Pedagogia pela UFPB. Aluna do Curso de Bacharelado em Relações Públicas, Professora da Educação Básica, emilycabraldossantosmeireles@gmail.com